

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 15/05/2015

- [Crianças usadas como soldado são libertadas na República Centro-Africana](#)
- [O que os dados da Fundação Casa dizem sobre a maioria penal](#)
- [MPT-RJ recomenda contratação de gandulas maiores de idade nos Jogos Olímpicos](#)
- [Coordenadoria da Infância lança campanha para alertar sobre crime de fornecer bebida alcoólica a menores](#)
- [Vara da Infância de Petrolina encerra festa que oferecia bebida alcoólica a adolescentes](#)
- [Consultora - tendência do mundo é aumentar a maioria penal](#)
- [Campanha de incentivo à leitura em sistema socioeducativo na reta final](#)
- [Tribunal faz audiência para discutir sistema socioeducativo na segunda](#)
- [Bebê com síndrome de Down faz sucesso com perfil na internet](#)
- [Morre menina de 14 anos que pediu eutanásia à presidente do Chile](#)

Assunto: Crianças usadas como soldado são libertadas na República Centro-Africana

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 15/05/2015



Mais de 350 crianças centro-africanas usadas como soldados, várias menores de 12 anos, foram libertadas hoje (14) por grupos armados, unidos por um acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). “Após intensos combates, a libertação das crianças por esses grupos é um verdadeiro passo em direção à paz”, congratulou-se o representante do fundo em Bangui, Mohamed Malick Fall.

Em cerimônias distintas, 357 crianças foram libertadas na região de Bambari pelos ex-rebeldes Séléka, majoritariamente muçulmanos, e pelas milícias anti-balaka, principalmente cristãs. Eles são os principais envolvidos no conflito que afeta a República Centro-Africana há mais de dois anos.

Trata-se da “maior libertação de crianças ligadas aos grupos armados na República Centro-Africana, desde que a violência começou em 2012”, destacou o Unicef.

O acordo entre líderes de grupos armados na República Centro-Africana e o Fundo das Nações Unidas foi feito na semana passada, durante um fórum de reconciliação nacional em Bangui. O entendimento prevê também o fim do recrutamento de crianças.

O Unicef calcula que entre 6 mil e 10 mil crianças integrem as facções armadas na República Centro-Africana, sendo utilizadas como combatentes, cozinheiros e para fins sexuais, entre outros. No ano passado, o fundo e os seus parceiros conseguiram libertar 2,8 mil crianças que serviam aos grupos armados no país.

Assunto: O que os dados da Fundação Casa dizem sobre a maioria penal

Fonte: Portal Andi

Data: 15/05/2015



“Como se pode esperar um bom resultado desse processo socioeducativo tão deficiente? É claro que não virá”. A frase do promotor de justiça Tiago de Toledo Rodrigues resume a situação nas unidades da Fundação Casa, responsável pela ressocialização de menores infratores de São Paulo. O diagnóstico do promotor da Infância e Juventude da capital paulista é feito com base em uma investigação de oito meses do MP, que mostra um cenário de superlotação, internações curtas e alto índice de reincidência entre os menores. O relatório, ao qual *Carta Capital* teve acesso, vem a público em meio ao avanço da pauta da redução da maioria penal no Congresso e ajuda a fazer um retrato da situação brasileira. Mesmo sendo considerado o melhor estado do País pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na aplicação de medidas para adolescente, São Paulo tem uma situação precária na Fundação Casa, segundo avaliação do Ministério Público. Para Rodrigues, este cenário dificulta o debate a respeito da eficácia dos mecanismos que cuidam dos adolescentes infratores, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). “Nós não podemos dizer que essas ferramentas à disposição da sociedade para o controle de criminalidade, de violência, manutenção da segurança e da paz não são eficientes”, afirma. “Nós só podemos questionar os mecanismos que o ECA e o Sinase nos fornecem quando eles forem, de fato, postos a prova”, afirma.

Reduzir a maioria penal?

Para Tiago de Toledo Rodrigues, o alto índice de reincidência verificado pelo MP não deve ser justificativa para reduzir a maioria penal, justamente porque o número revelaria a ineficiência do sistema na prática. “Nós temos um retrato claro, uma fotografia clara, de que o trabalho socioeducativo deixa muito a desejar”, diz. “Com um serviço socioeducativo que atendas aquelas regras e qualificações e que seja de fato qualitativo, aí sim vamos fazer um diagnóstico dos resultados e avaliar com critério, com fundamento, a necessidade de mudança [da idade penal]”, conclui.

Assunto: MPT-RJ recomenda contratação de gandulas maiores de idade nos Jogos Olímpicos

Fonte: Portal Andi

Data: 15/05/2015



O Ministério Público do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro (MPT-RJ) recomendou ao Comitê Olímpico Rio 2016 que não permita a participação de menores de 18 anos como gandulas nos Jogos Olímpicos. Em nota, o MPT-RJ relata que o objetivo é evitar a exploração do trabalho infantil, que é proibido pela Constituição Brasileira e pela Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Ministério Público informou ter decidido que o Comitê Rio 2016 terá 45 dias corridos para apresentar uma definição quanto à política de contratação de gandulas nos Jogos Olímpicos. Foi sugerido que o comitê providencie profissionais maiores de 18 anos. A decisão foi tomada durante audiência conduzida pelo coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância) do MPT-RJ, Rafael Marques, e pela procuradora do Trabalho do Rio de Janeiro Dulce Martini Torzecki. Segundo Rafael Marques, embora a nota se refira aos gandulas, a recomendação vale para qualquer outra atividade que requer esforço físico. “O MPT está se antecipando para assegurar a proteção de crianças e adolescentes, porque a função de gandula consiste em atividade laboral, considerada como pior forma de trabalho infantil”, diz.

Assunto: Coordenadoria da Infância lança campanha para alertar sobre crime de fornecer bebida alcoólica a menores

Fonte: Portal Andi

Data: 15/05/2015



A Coordenadoria da Infância e da Juventude do DF – CIJ/TJDFT lançou campanha para alertar que é crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente, conforme a Lei 13.106/2015. No último sábado, 9/5, comissários de proteção da Vara da Infância e da Juventude do DF – VIJ/DF distribuíram cerca de dez mil panfletos educativos e orientaram o público sobre a lei, durante o Villa Mix Festival, realizado no estacionamento do Estádio Nacional Mané Garrincha. O ônibus da Justiça Infantojuvenil do DF permaneceu no local para apoio e atendimento do público. A ação educativa marcou o lançamento oficial da campanha “Adolescente & bebida agora é crime!”, promovida pela CIJ/TJDFT e que conta com a parceria da Asbra – Associação de Supermercados de Brasília, Abrasel – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes do DF, Prado Produções e Eventos, Sindsuper/DF – Sindicato dos Supermercados do Distrito Federal e Sindhobar – Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília. Durante o Villa Mix Festival, foram lavrados pela VIJ/DF apenas três termos de entrega de adolescentes aos pais ou responsáveis, por estarem na área open bar desacompanhados. “A receptividade do público em relação à campanha foi muito boa, principalmente por parte dos pais”, destacou o supervisor da Seção de Apuração e Proteção da VIJ/DF, Marcos Barbosa, responsável por coordenar o trabalho dos comissários de proteção. Segundo o supervisor, também houve empenho dos produtores do evento em colaborar com o cumprimento da lei. A Lei 13.106/2015 prevê pena de detenção de 2 a 4 anos e multa de três a dez mil reais a quem vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, bebida alcoólica a criança ou a adolescente. A proibição se estende a outros produtos que possam causar dependência física ou psíquica, se não houver justa causa. Além disso, o estabelecimento que descumpri-la está sujeito à interdição até o recolhimento da multa aplicada. Renato Scussel, juiz coordenador da CIJ/DF e titular da VIJ/DF, afirma que “todos devem observar o cumprimento dessa legislação, que pretende coibir a ingestão de bebidas alcoólicas pelo público infantojuvenil”. A norma aplica-se a comerciantes, produtores de eventos, supermercados atacadistas e varejistas, *barmen*, garçons e a todo aquele que facilita o acesso de bebida a pessoa menor de 18 anos, inclusive amigos e familiares maiores de idade.

Assunto: Vara da Infância de Petrolina encerra festa que oferecia bebida alcoólica a adolescentes

Fonte: TJ-PE

Data: 15/05/2015



Na última sexta-feira (8/5), os agentes de proteção da Vara da Infância e Juventude de Petrolina, em conjunto com a Polícia Militar, encerraram o evento "Farra Vip, II dose" realizada no espaço Paraíso, em frente ao Sest/Senat. No local foram encontrados 200 adolescentes consumindo bebida alcoólica. Alguns deles também estavam utilizando outras drogas.

Nos últimos 15 dias, essa é a segunda festa na cidade interrompida pela equipe por falta de autorização legal e de alvará para entrada e permanência de menores. No dia 25 de abril, a equipe encerrou a festa Enigma, realizada na Chácara Bom Pastor, onde foram encontrados 45 menores de idade sob efeito de álcool. No ano de 2015, cerca de 500 adolescentes foram encontrados em situação semelhante.

O juiz da Vara da Infância e Juventude, Marcos Bacelar, ressaltou o bom trabalho realizado pelos agentes e pelos policiais e se mostrou preocupado pela quantidade de adolescentes envolvidos. "Os números são reflexo da atuação efetiva da nossa rede de proteção. Precisamos atuar na responsabilização de todos os envolvidos para inibir esse tipo de episódio", explica.

Os responsáveis pelos eventos foram autuados e os procedimentos encaminhados para o Promotor da Infância e Juventude, Fernando Portela, para as providências legais. Os pais e adolescentes também podem ser convocados para a unidade judiciária para prestar esclarecimentos.

Assunto: Consultora - tendência do mundo é aumentar a maioridade penal

Fonte: Agência Câmara

Data: 15/05/2015



Um estudo da consultora legislativa Gisela Hathaway, da Câmara dos Deputados, mostra que a tendência mundial em relação à justiça juvenil é aumentar as idades de responsabilidade e de maioridade penal. Na Câmara, uma comissão especial analisa a proposta de redução da maioridade penal (PEC 171/93), que hoje é de 18 anos no Brasil. Ou seja, até essa idade, os jovens são submetidos a uma legislação especial de punição e não ao sistema penal. A responsabilidade dos jovens pelos seus atos é considerada a partir de 12 anos.

Segundo o estudo da consultora Gisela Hathaway, a maioria dos países adota os limites brasileiros: "Na verdade, já temos na América do Sul, principalmente, países fazendo o movimento contrário. Por exemplo: temos na Argentina a idade mínima de responsabilidade penal — que aqui corresponde a 12 anos — em 16 anos. Na Colômbia, 14 anos. Essa idade está subindo. E a idade de maioridade penal na maioria dos países está também sendo ampliada para 19 e até 21 anos."

Gisela Hathaway afirma que as infrações praticadas pelos jovens não são as mais graves: "O jovem delinquente, quando está muito cedo e por muito tempo num sistema de Justiça muito duro, perde uma oportunidade de se transformar em um adulto decente."

Na China, a maioridade penal é de 25 anos porque, segundo a consultora, o país tem uma situação específica, pois pratica a pena de morte de maneira ampla.

Assunto: Campanha de incentivo à leitura em sistema socioeducativo na reta final

Fonte: CNJ

Data: 15/05/2015



A parceria da Vara da Infância e da Juventude do DF (VIJ-DF) na arrecadação de livros paradidáticos para o Projeto Leitura - a Arte do Saber, desenvolvido pela Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Governo do Distrito Federal (GDF), chega a sua última semana. Até esta sexta-feira (15/5), é possível doar livros paradidáticos nas diretorias dos fóruns do DF. Porém, quem ainda quiser doar livros depois

dessa data pode procurar as secretarias de estado, os postos do serviço Na Hora, a Câmara Legislativa e a Biblioteca Nacional, uma vez que o GDF estenderá a campanha até o final do mês de maio.

Os livros serão destinados aos adolescentes do sistema socioeducativo e, até o momento, foram arrecadados 4.050 exemplares no TJDF com o apoio de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados. Segundo o supervisor substituto da Rede Solidária Anjos do Amanhã, Gelson Leite, o apoio do voluntariado corporativo foi relevante para sensibilizar e convocar doadores. “Os supervisores das diretorias dos fóruns (titulares e substitutos) deram uma demonstração importante de engajamento e parceria. Eles afixaram cartazes, passaram de sala em sala, vigiaram as caixas de coleta, fizeram a triagem dos livros e contabilizaram as doações. A Rede Solidária ganhou braços e asas nos fóruns”, diz.

Em alguns casos, os parceiros utilizaram de muita criatividade, como a Diretoria do Fórum do Paranoá, que enfeitou a caixa de coleta e fez a filtragem dos livros em didáticos (que não são o foco desta campanha), paradidáticos e infantis. No Fórum de Planaltina, servidores da Diretoria fizeram doações expressivas e, na Vara de Execução de Medidas Socioeducativas (Vemse), uma servidora mobilizou os colegas e a sua própria mãe a doar livros, seguindo lista de sugestões.

Caminho para a mudança - Na VIJ-DF, dois escritores doaram livros de sua autoria, bem como a diretora administrativa da vara, Simone Resende, que ofertou alguns exemplares, entre eles o clássico “Robinson Crusóe”. “Fiz as minhas doações, pois acredito na leitura como caminho para a mudança. A partir da implantação do Projeto na Unidade de Santa

Maria, os adolescentes ampliaram o vocabulário e aprimoraram a forma de se expressar. Sem contar que os livros permitem aos internos saírem daquele espaço físico e se transportarem para a história”, disse.

No Fórum de Sobradinho, a supervisora da limpeza, Silvana Cabral, doou 30 livros e incentivou sua equipe a fazer o mesmo. “Leitura é aprendizado, informação e conhecimento. O melhor livro que li até hoje, e que doei para a campanha, foi “Um amor de verdade”, de Zíbia Gasparetto, que traz uma mensagem de fé, de estímulo à autoestima e ensina a lidar com as pessoas e as adversidades”, afirmou.

Outro exemplo de peso foi o do servidor Demócrito Moreira, do Fórum de Planaltina, que articulou com o Colégio Mackenzie, no Lago Sul, a doação de mil livros paradidáticos, além do exemplo da servidora Deusa Dania Barakat, do Fórum de Taguatinga, que doou sozinha mais de 100 livros literários. O engajamento do voluntariado corporativo só reforça a máxima de que devemos fazer o bem, sem olhar a quem. A solidariedade é um bom ensinamento para os jovens do sistema socioeducativo que estão querendo virar a página e construir um novo futuro.

Assunto: Tribunal faz audiência para discutir sistema socioeducativo na segunda

Fonte: CNJ

Data: 15/05/2015



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) e a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), realizarão na segunda-feira (18 de maio), às 8h30, audiência pública com o objetivo de debater com a sociedade o Sistema Socioeducativo do estado. A expectativa é obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas que auxiliem o poder público na construção de um sistema que possa recuperar os menores em conflito com a lei. A audiência será realizada no auditório do TJMT, em Cuiabá.



O Poder Judiciário tem cada vez mais olhado para o sistema socioeducativo em Mato Grosso. O presidente do TJMT, desembargador Paulo da Cunha, firmou este ano uma parceria com o governo do estado destinando recursos para a construção de centros socioeducativos no interior de Mato Grosso. A iniciativa do Judiciário mato-grossense foi citada como exemplo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Estamos bastante animados, convictos de que será uma audiência em que colheremos muitos elementos e subsídios para a construção dos socioeducativos no estado. A sociedade poderá nos auxiliar e muito, falando como ela enxerga e sente esse problema. Sei que todos podem dar boas e valiosas sugestões”, frisou.

Foram convidados a participar da audiência os magistrados do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (seccional Mato Grosso), organizações públicas da sociedade civil interessadas e com atuação na região, bem como o público em geral. A audiência vai debater com a sociedade e as partes interessadas a problemática relativa ao sistema socioeducativo como forma de legitimação e pleno exercício democrático, por meio de procedimentos deliberativos e abertos a quaisquer interessados.

Quatro eixos - A pauta da audiência abrangerá quatro eixos: o estrutural, que vai tratar da adequação da infraestrutura física, logística e infraestrutura de tecnologia da informação; o eixo gestão de pessoas, em que será debatido o quadro ideal de servidores, a capacitação,

treinamento e motivação. Serão tratados ainda temas como a efetividade das medidas socioeducativas e a importância das parcerias e dos consórcios.

Para participação nos debates, será necessário fazer uma inscrição prévia no dia do evento. Poderão participar da audiência como debatedores qualquer pessoa física ou jurídica que possui interesse geral na questão a ser tratada na audiência. Os interessados terão cinco minutos para falar. O público em geral poderá formular perguntas por escrito ao presidente da mesa ou à pessoa por ele designada.

Assunto: Bebê com síndrome de Down faz sucesso com perfil na internet
Fonte: Diário de PE
Data: 15/05/2015



Pais criaram a página para o pequeno Mateus com objetivo de desmistificar a síndrome.

Mateus Ferraz tem apenas um ano e dez meses e já é um importante personagem na luta contra o preconceito. Com síndrome de down, Mateusinho, como é chamado pela família, faz tudo que uma criança de sua idade é capaz. "Ele vai a praia, estuda e brinca com os amigos", conta a mãe, Karla Ferraz. A rotina do garoto, sempre registrada pelos pais, ganhou as redes sociais.

O perfil @mateusehdemais no Instagram, até a publicação do texto, tinha 6,1 mil seguidores. Os pais, que moram em Fortaleza (CE), têm mais uma filha, a pequena Sofia, de 4 anos. Eles lembram que comemoraram o diagnóstico de síndrome de down com um jantar. "Tive problemas na gravidez, os médicos chegaram a falar que havia risco da gestação ser interrompida ou até mesmo que ele morresse pouco depois de nascer", desabafou a mãe.

O perfil na rede social foi criado com objetivo de desmistificar a limitação dos portadores da síndrome. "Queremos mostrar que não é um drama. O que eles precisam é de amor, carinho e oportunidade", disse Karla. Desde a divulgação do perfil, a família tem recebido mensagens de carinho.

Gravidez de risco

A síndrome foi detectada na 12ª semana em um exame de pré-natal. O casal conta que o diagnóstico precoce foi bom para eles se informarem e trocarem informações com outras famílias. "Tivemos tempo de nos preparar, conhecer um pouco mais sobre a síndrome e explicar para os nossos parentes", diz a mãe. No 7º mês, Karla se sentiu mal e começou a perder líquido.

No hospital, o médico não deu outra saída a não ser fazer o parto imediatamente. "Ele me avisou que a chance do bebê ficar na UTI era grande porque o parto foi prematuro e ele tinha síndrome de down". Apenas 24 horas depois do nascimento, a família voltou para casa e Mateus estava saudável.

Assunto: Morre menina de 14 anos que pediu eutanásia à presidente do Chile

Fonte: Diário de PE

Data: 15/05/2015



Valentina Maureira - que abalou o Chile ao solicitar a eutanásia à presidente em fevereiro - morreu devido a complicações causadas pela fibrose cística.



Valentina Maureira abalou o Chile com seu pedido à presidente.

A menina de 14 anos que ficou conhecida após solicitar a eutanásia à presidente do Chile, Michelle Bachelet, morreu nesta quinta-feira em Santiago, devido a complicações em sua condição respiratória - informou a família da adolescente.

Valentina Maureira - que abalou o Chile ao solicitar a eutanásia à presidente em fevereiro - morreu às 13h25 (horário de Brasília) devido a complicações causadas pela fibrose cística. A informação

foi dada à imprensa local pelo pai, Freddy Maureira.

"Ela partiu às 13h25. Ela fez muito pelas outras crianças, crianças que estão morrendo, e me legou a bandeira de sua luta", afirmou o pai à Rádio Cooperativa.

O caso de Valentina Maureira reabriu o debate sobre a eutanásia no Chile e sua morte ocorreu na mesma semana em que a Comissão de Saúde do Senado enviou à Câmara o projeto de lei que visa conceder o pedido de morte assistida para os doentes terminais.

"Peço falar urgente com a presidente, porque estou cansada de viver com esta doença...Ela poderia me autorizar uma injeção de adormecer para sempre", disse a menina em vídeo gravado em fevereiro, que se tornou viral.

A presidente respondeu ao pedido com uma visita privada à menina no final de fevereiro no hospital onde ela morreu nesta quinta-feira. O caso dividiu a opinião pública, gerando um amplo debate nos meios de comunicação, enquanto o governo lembrou que a legislação chilena proíbe a eutanásia e avisou que iria fornecer ajuda psicológica para a menina e sua família. A doença, de caráter hereditário, já havia matado um de seus irmãos, aos seis anos.